



MAURO UTIDA
mutida@j.com.br

Homenagem à Cúria

A Câmara de Várzea Paulista irá homenagear hoje, durante sessão dos vereadores, o Jubileu de Ouro da Cúria Diocesana de Jundiá, que representa 11 cidades da Região, além do grupo Renovação Carismática. Este atua na Região de Jundiá há 42 anos. A condecoração contará com a presença do bispo Dom Vicente Costa, além de padres e párocos da cidade.

Grito dos Excluídos

A Cúria Diocesana de Jundiá realiza nesta quinta-feira, feriado de 7 de setembro, um ato público na praça Governador Pedro de Toledo, no Centro, chamado de Grito dos Excluídos. O evento está programado para 15h, após a celebração da missa eucarística na Catedral Nossa Senhora do Desterro, presidida pelo bispo Dom Vicente Costa. O ato é realizado pela igreja católica por direitos e democracia desde 1995.

Parlamento jovem

O deputado estadual Junior Aprillanti (PSB), ao lado do presidente da Câmara de Cabreúva, vereador Antonio Carlos Mangini (PSB), participou da diplomação e posse dos integrantes do projeto Parlamento Jovem, realizado na noite da última sexta (1º). Cada um dos jovens foi apadrinhado por um vereador, que terá a missão de acompanhar os passos de seu pupilo na Câmara Municipal.

CNJ

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) divulgou balanço nesta segunda no qual informou que a despesa média do poder público com um magistrado no Brasil é de R\$ 47,7 mil por mês. Há atualmente 118.011 magistrados no país. O CNJ é o órgão de controle do Judiciário e os dados constam do Relatório Justiça em Números 2017, com os dados até 31 de dezembro de 2016 sobre a estrutura e a iligiosidade do poder.

Moro x Lula

O juiz federal Sérgio Moro negou ontem o pedido da defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para suspender os interrogatórios do processo sobre a compra de um terreno para o Instituto Lula e de um imóvel vizinho ao apartamento onde o petista mora, em São Bernardo do Campo. Este é o segundo processo a que o ex-presidente responde no âmbito da Operação Lava Jato.

Eleições municipais

Três municípios brasileiros tiveram eleições para escolha do chefe do Poder Executivo neste domingo (3): Abelardo Luz, em Santa Catarina; Mombuca e Mairinque, ambos em São Paulo. Nessas localidades, os prefeitos eleitos no pleito de 2016 concorreram graças a recursos obtidos na Justiça. No entanto, como os recursos foram derrubados, a Justiça Eleitoral decidiu realizar novo pleito.

► NA SESSÃO DA CÂMARA, HOJE

Modificação representa acréscimo de 5% sobre o vencimento-base de cada cargo, retroativo a janeiro de 2017

Executivo equipara salário de funcionários da Fumas

MAURO UTIDA
mutida@j.com.br

A Prefeitura de Jundiá enviou à Câmara Municipal o projeto de lei 12.308, que altera o grau inicial dos cargos e empregos da Fundação Municipal de Ação Social (Fumas) e visa a equiparação salarial das funções técnicas da Fundação com os mesmos cargos existentes na Prefeitura.

Em nota, a assessoria de imprensa do Executivo informou que tal modificação representará um acréscimo de 5% sobre o vencimento-base de cada cargo, retroativo a janeiro de 2017, e um acréscimo de 5% a partir de janeiro de 2018. "A equiparação, que só foi aprovada este ano pelo Poder Executivo, é um pleito dos funcionários da Fumas desde o início do exercício de 2016, quando a Prefeitura de Jundiá publicou as modificações em seus cargos técnicos", informa a nota.

A lei que será votada hoje para alteração dos cargos e empregos da Fumas inclui acréscimo do percentual mínimo da variação salarial e será voltada para agente de



LEGISLATIVO A 29ª sessão ordinária da Câmara de Jundiá, que será realizada hoje, terá quatro projetos de lei e mais três moções

fiscalização de posturas municipais, assistente técnico de gestão, técnico em segurança do trabalho, técnico em construção civil e técnico em nutrição e dietética.

Viver Aqui

A Câmara também votará outro projeto de lei do Executivo, que institui o

programa "Viver Aqui", desenvolvido pela Fumas, para implantação de empreendimentos habitacionais de interesse social, mediante financiamento no âmbito do programa Minha Casa, Minha Vida, do Governo Federal. A previsão do Executivo é iniciar as obras do "Viver Aqui" no último trimes-

tre de 2017. O primeiro empreendimento a ser contemplado será o Condomínio Residencial Camélia, na Vila Padre Renato, na região do Parque Centenário.

As inscrições para este empreendimento começaram na semana passada por parte da Fumas para os quatro grupos da faixa de

1 a 3 salários mínimos. O valor do apartamento está estipulado em R\$ 145,4 mil, conforme especificado na lei 8.605, de 16/03/2016, e as condições de entrada. As parcelas serão calculadas de acordo com a renda familiar apresentada pelo interessado.

Plano Plurianual

Na 29ª sessão ordinária da Câmara de Jundiá, também está prevista a leitura do Plano Plurianual (2018/2021), que foi protocolado no Legislativo na última quinta-feira (31). Na ocasião, o prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB) e o gestor da Unidade de Finanças, José Antonio Parimoschi, foram até o Legislativo entregar o PPA ao presidente da Casa, Gustavo Martinelli (PSDB), com a presença da maioria dos vereadores.

Outro projeto a ser votado é o do vereador Marcelo Gastaldo (PTB), que altera o regimento interno para permitir subscrição de projeto até a colocação em votação em plenário. A sessão também terá a votação de três moções - dos vereadores Valdecir Vilar Matheus (PTB), Faouaz Taha (PSDB) e Cristiano Lopes (PSD).

► NOVOS CRIMES

Janot abre investigação e ameaça cancelar delação da JBS

Em pronunciamento à imprensa convocado de última hora, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, afirmou que determinou abertura de investigação de indícios de omissão de informações sobre práticas de crimes no acordo de executivos da JBS.

Janot assinou portaria que instaura um procedimento de revisão dos acordos com três dos sete executivos do grupo: Joesley Batista, um dos donos do frigorífico, Ricardo Saud e Francisco de Assis.

O problema surgiu, segundo ele, após os delatores da JBS entregarem à PGR (Procuradoria-Geral da República), na semana passada, novas gravações de áudio. Em uma delas, uma conver-

sa de cerca de quatro horas entre Joesley e Saud - que não sabiam que estavam se gravando, há indícios de crimes cometidos por agentes da PGR e do STF (Supremo Tribunal Federal). A gravação foi feita em 17 de março, dez dias depois de Joesley ter gravado o presidente Michel Temer no Palácio do Jaburu e dias antes de assinarem o acordo com a PGR.

O áudio não é um dos que foram recuperados do gravador de Joesley pela Polícia Federal, segundo a PGR, mas foi entregue espontaneamente pelos delatores na semana passada junto com outros materiais. A delação firmada em maio dava 180 dias para a JBS entregar o material complementar - prazo que

terminou na última quinta (31). "Áudios com conteúdo gravíssimo foram obtidos na quinta-feira. A análise de tal gravação revelou diálogo entre dois colaboradores com referências indevidas à PGR e ao Supremo Tribunal Federal", disse Janot.

"Tais áudios também contêm indícios, segundo esses dois colaboradores, de conduta em tese criminosa atribuída ao ex-procurador Marcelo Miller, que ao longo de três anos foi auxiliar do gabinete do procurador-geral. Se descumpriu a lei no exercício de suas funções, deverá pagar por isso", afirmou.

Pelo diálogo entre Joesley e Saud, Janot suspeita que



NOVAS INVESTIGAÇÕES Janot aponta novas gravações com mais indícios de crime

Miller tenha ajudado a JBS a confeccionar uma proposta de acordo de delação. "Tal conduta configuraria, em tese, crime e ato de improbidade administrativa", segundo a PGR.

Na gravação, Saud diz que já estaria "ajeitando" a situação do grupo J&F, controlador da JBS, com Miller, e que o então procurador estaria "afinado" com eles. (FP)

► SUCESSÃO PRESIDENCIAL

Doria nega saída do PSDB

O prefeito de São Paulo, João Doria (PSDB), negou nesta segunda-feira (4) que tenha intenção de deixar seu partido. "Não quero deixar o PSDB, embora tenha recebido quatro convites, o que me deixou muito satisfeito", disse, em referência à entrevista publicada pelo jornal "O Estado de S.Paulo", na qual ele admitiu a possibilidade de não continuar na sigla caso alguma circunstância o impeça. "Em relação ao futuro, cabe a Deus indicar, iluminar e definir qual é o destino", afirmou o prefeito ao jornal.

Na saída de um evento promovido pela revista Exame em São Paulo, Doria voltou a

dizer que não disputaria com o governador paulista e seu padrinho político, Geraldo Alckmin, as prévias que definirão o candidato do partido nas eleições para a Presidência da República em 2018. Questionado se, portanto, não se candidatará ao Planalto, respondeu: "Veremos. No momento, sou prefeito. Tem tempo ainda, muita água vai rolar debaixo dessa ponte".

Sobre a fala anterior de Alckmin, de que "o novo na política é falar a verdade", João Doria disse que tem falado e praticado a verdade. "Eu serei candidato no dia em que me manifestar claramente e tiver apoio de um partido,

mas mesmo assim estamos falando do futuro, não do presente", afirmou.

Doria disse que não existe uma disputa nem velada nem revelada com Alckmin. Aliados do governador, no entanto, desdenham das declarações públicas do prefeito negando intenção de disputar o Planalto.

Constrangimento

Em palestra na qual reeditou o discurso da campanha de 2016, Doria exaltou o fato de não ser citado na Lava Jato. Porém, disse que não queria falar do assunto. Alckmin é acusado de ter recebido caixa dois da Odebrecht. Ele nega.

► PODER JUDICIÁRIO EM 2016

Só um quarto dos processos solucionado

O Judiciário brasileiro solucionou apenas 27% dos processos - menos de um terço - no ano passado, informou o relatório "Justiça em Números - 2017", elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), divulgado nesta segunda-feira (4). Na média, cada juiz solucionou 1.749 processos, mais de sete por dia.

De acordo com o CNJ, o Judiciário terminou o ano passado com 79,7 milhões de processos em tramitação, 3,6% a mais do que os 76,9 milhões de

ações em 2015. Os tribunais julgaram em definitivo 29,4 milhões de ações. Mas, ao mesmo tempo, outras 29,4 milhões chegaram à Justiça. Com isso, o índice de solução de casos ficou em 27%.

O índice de atendimento à demanda, indicador que verifica se o tribunal foi capaz de baixar processos pelo menos em número equivalente ao quantitativo de casos novos, ficou em 100,3%, o que mostra o esforço para evitar o aumento dos casos pendentes, avalia o CNJ.